



TERCEIRIZAR É FRAGILIZAR

gera retrabalho e dá prejuízo à empresa

A Lei da Terceirização e a reforma trabalhista de 2017, tão criticadas por entidades sindicais, facilitaram bastante as terceirizações nas empresas, inclusive na atividade-fim. Dentre os argumentos daqueles que defendem a terceirização irrestrita, há a tese de que ela poderia gerar economia para a companhia. Em uma concessionária pública de energia, como a Celesc, ficaria mais fácil contratar e mandar embora os empregados, sem necessidade de abertura de inquérito administrativo – e facilitando que perseguições políticas pudessem ocorrer.

Uma prova que a economia a partir da terceirização é bastante questionável é o que está ocorrendo hoje na Celesc. A companhia de energia terceirizou os serviços de leitura e entrega das faturas aos consumidores alguns anos atrás. A empresa responsável por fazer a leitura desses medidores em boa parte do estado teve problemas, inclusive com atrasos no pagamento de salários dos leituristas, e conseqüente greve destes trabalhadores (conforme destacou o noticiário local nas últimas semanas).

O problema com a empresa terceirizada gerou uma série de retrabalhos na Celesc e está acarretando gastos e despesas que a empresa não precisaria ter – sem falar nos danos à imagem da companhia, que são incomensuráveis, já que ela vem sendo criticada diariamente nas redes sociais e em matérias de jornais com relatos de clientes indignados com os valores supostamente discrepantes nas faturas de energia elétrica.

Não somente a área Comercial da Celesc terá retrabalho, mas outros setores também se sobrecarregarão com o problema: no Jurídico, por exemplo, a quantidade de ações judiciais e reclamações no Procon, questionando valores, tende a aumentar e repercutir pelos próximos anos; na Assessoria de Comunicação, naturalmente, o trabalho também aumentará, tendo que dar explicações e satisfações aos jornais e nas redes sociais – fora o duro trabalho de reconstrução da imagem da empresa, já que o consumidor não faz diferença se a falha no serviço foi provocada pela própria Celesc ou por uma empresa terceirizada; entre outros problemas que a situação poderá provocar, como o aumento do estresse de atendentes comerciais ou eletricitistas, com clientes indignados com os valores que estão chegando nas faturas de energia.

Além da terceirização dos serviços de leitura, outro problema recorrente de retrabalho e baixa qualidade dos serviços diz respeito às equipes terceirizadas de atendimento a emergências. Quando da contratação de equipe própria, a Celesc investe massivamente em treinamento, capacitação e segurança. Infelizmente, o mesmo não ocorre com as empreiteiras terceirizadas, que priorizam o lucro, em detrimento da qualidade dos serviços. Como resultado, são disponibilizados trabalhadores que não tiveram acesso ao mesmo nível de treinamento das equipes próprias da Celesc, além de viaturas com recursos inferiores aos da concessionária.

A consequência disso é o aumento considerável do tempo necessário para realização de serviços complexos e a visível diminuição da qualidade dos serviços realizados, fazendo com que um problema “resolvido” em um atendimento emergencial volte a surgir logo em seguida. Muitas vezes, inclusive, com maior gravidade, como, por exemplo, rompimento de condutores ocasionado por má conexão, ou avaria de um medidor de energia, também por má conexão nos bornes do equipamento, sendo necessário empenhar novamente uma equipe técnica para resolver o novo problema. Problema este que não teria existido se o trabalho anterior fosse realizado de forma mais eficiente. Como se não bastasse o aumento da despesa em função do retrabalho, casos como este refletem diretamente nos índices de continuidade do fornecimento de energia, comprometendo os resultados essenciais para manutenção da concessão.

Quais os custos da terceirização destes serviços para a Celesc? Quantas condenações judiciais ou multas a empresa pagará pelos próximos anos por conta de problemas na terceirização de serviços de leitura de medidores e nas equipes de atendimento a emergências? Quantos empregados próprios serão afetados e deixarão de produzir por conta do retrabalho causado por empresas terceirizadas? Como se pode observar, às vezes, o barato da terceirização pode sair bem caro para a empresa e pode colocar em risco até mesmo a segurança e a vida dos trabalhadores.

Terceirização precariza os serviços ao consumidor, causa aumento no custo final dos serviços e a única justificativa para uma terceirização em larga escala dentro de uma empresa pública é, em última instância, provocar a sua privatização.

* Por um período experimental de quatro meses, a partir de maio, o jornal Linha Viva deixará de ser semanal, para ser quinzenal. O objetivo é a menor produção de papel e a conseqüente redução de custos para os Sindicatos.

#REESTATIZAELETOBRAS

SECOM DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA RECEBE FRENTE PELA REESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

O dirigente do Sinergia, Tiago Vergara, participou do encontro representando a Intersul

Na terça-feira, dia 2 de maio, o Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, recebeu em Brasília parlamentares que representam a Frente Parlamentar Mista pela Reestatização da Eletrobras e membros do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE).

Na pauta do encontro, o principal pedido foi por efetividade e urgência nas ações do governo federal para a retomada da Eletrobras.

Pela Frente Parlamentar, estiveram presentes os deputados federais Alencar Braga (PT), Erika Kokay (PT), Pedro Uczai (PT) e Jandira Feghali (PCdoB), além de representantes de Sindicatos de todo o Brasil.

Também foi debatido sobre a ArtPlan, empresa

que recebeu R\$ 47 milhões para fazer uma campanha contra a reestatização da Eletrobras. Ainda foi falado sobre a contratação de assessorias parlamentares atuando para aumentar a rejeição à reestatização dentro do parlamento brasileiro.

Os deputados e representantes do CNE reforçaram a importância da celeridade nas ações, uma vez que a direção da Eletrobras corre contra o tempo para promover mudanças estruturantes na empresa.

O Ministro e sua equipe ouviram atentamente os pedidos, definiram pontos focais e prometeram retorno em breve. Nas próximas semanas, a Frente Parlamentar e o CNE farão outras agendas com Ministros do governo e articularão novas ações sobre a mesma pauta.



Foto: Lucas Leffa

ELETROBRAS

GOVERNO LULA VAI AO STF E DÁ IMPORTANTE PASSO NA LUTA PELA REESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Não foi por falta de avisos: durante pré-campanha e campanha de 2022, Lula já alertava sobre os erros da privatização da Eletrobras



Ainda durante a pré-campanha para a Presidência da República, por diversas vezes, o Presidente Lula afirmou sua contrariedade à privatização da Eletrobras, e disse em alto e bom tom: "Eu espero que os empresários sérios que querem investir no setor elétrico brasileiro não embarquem nesse arranjo esquisito que os vendilhões da pátria do governo atual estão preparando para a Eletrobras, uma empresa estratégica para o Brasil, meses antes da eleição". Em novo alerta, Lula foi direto ao ponto: "Os empresários que vão comprar essa empresa, tomem cuidado. Porque, se o PT ganhar as eleições, a gente vai querer rediscutir o papel soberano no Brasil em ser dono do seu nariz e ser dono da sua energia". Já em campanha, o Programa de Governo da chapa Lula/Alckmin registrou: "Opomo-nos à privatização da Eletrobras, maior empresa de geração de energia elétrica da América Latina, responsável por metade das linhas de transmissão do país. Precisamos recuperar seu papel como patrimônio do povo, preservando nossa soberania energética, e viabilizando programas como o 'Luz para Todos', que terá continuidade, e uma política

sustentável de modicidade tarifária".

Com Lula eleito, foram feitas várias críticas ao processo de privatização, desde as cláusulas que limitavam o poder de voto da União até a prática dos supersalários beneficiando conselheiros e diretores da Eletrobras. Com muita ênfase Lula avaliou o processo: "Foi feito quase que uma bandagem para que o governo não volte a adquirir maioria na Eletrobras. Nós, inclusive, possivelmente o advogado-geral da União, [ele] vai entrar na Justiça para que a gente possa rever esse contrato leonino contra o governo".

Depois de todos os avisos e de todo o necessário tempo de análise e maturação das ações, na última sexta-feira, dia 05, a Advocacia-Geral da União (AGU) peticionou Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar pontos da privatização da Eletrobras. A ação foi também assinada pelo próprio presidente Lula.

A AGU e Lula questionam partes da lei da privatização da Eletrobras que tratam sobre o poder de voto dos acionistas. O governo defende que a lei diminuiu irregularmente o peso dos votos a que teria direito, já que o poder público detém 42,61% das ações ordinárias da Eletrobras. Mas, por cláusulas leoninas e draconianas da Lei que modelou a privatização da Eletrobras, a proporção de votos do governo foi limitada a 10%. Isso porque a privatização transformou a Eletrobras numa "corporation", uma empresa de capital privado "sem acionista controlador".

Sabemos que, de fato, um grupo de acionistas privados liderados pela 3G Radar, de Jorge Paulo Lehmann (que quebrou as Lojas Americanas) forma um bloco de controle

invisível aos olhos da sociedade brasileira, mas que dá as cartas dentro da Eletrobras. Um absurdo!

Ainda na semana passada, o Ministro da AGU, Jorge Messias, registrou em suas redes sociais: "O poder público possui quase 43% das ações ordinárias, mas só pode exercer votos até o limite de dez por cento da quantidade de ações do capital votante da companhia. Estamos confiantes de que a Corte devolverá à União a prerrogativa de exercício pleno de seus direitos políticos nessa gigante do setor elétrico nacional".

Ao Coletivo Nacional dos Eletricitários, cabe, primeiramente, agradecer ao Presidente Lula, à AGU, ao governo e à Frente Parlamentar Mista Pela Reestatização da Eletrobras por lutarem de forma obstinada e séria por soberania nacional e energética. Nós sempre confiamos na seriedade e comprometimento do Governo Lula com a nossa pauta.

É importante registrar que se trata de um passo fundamental para a nossa luta, mas que a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) não questiona a privatização em si, mas apenas a absurda e inconstitucional esterelização das ações da União na empresa. Sendo assim, a recuperação dos direitos políticos do Estado na gestão da Eletrobras é avanço importante, mas não significará o fim da luta, que só estará concluída com a volta da Eletrobras para o controle do povo brasileiro.

Precisamos agora aguardar a decisão judicial e fazer todo tipo de pressão, sempre dentro do campo democrático. Convocamos trabalhadores e trabalhadoras, desde já, para mobilização e atividades de luta! Nós estamos do lado certo e vamos lutar incansavelmente até a vitória!

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL
Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC)
Conselho Editorial: João Roberto Maciel
Estagiária: Ana Júlia Gonçalves

Rua Larcercda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030
E-mail: sinerгияjornal@gmail.com

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

PRIMEIRO DE MAIO

DIA DO/A TRABALHADOR/A É CELEBRADO COM ATOS CULTURAIS

Em Florianópolis, concentração aconteceu no Largo da Alfândega, no centro da cidade



O Primeiro de Maio, Dia da Trabalhadora e do Trabalhador, foi celebrado com atos culturais promovidos pelas centrais sindicais em diversas regiões do estado. Em Florianópolis, parte da diretoria do Sinergia participou do ato junto à classe trabalhadora no Largo da Alfândega.

Nas atrações do evento, shows de Joana Castanheira, Neggo Jhu e Africatarina, a batalha de Rap e declamação de poesias. O ato político teve como objetivo reivindicar emprego, renda, valorização do salário mínimo e dos serviços públicos, entre outras pautas históricas das lutas dos trabalhadores catarinenses.

SINDINORTE

CHAPA "UNIÃO, RESISTÊNCIA E LUTA" DISPUTARÁ ELEIÇÕES DO SINDINORTE

Eleições no Sindicato acontecerão nos dias 24 e 25 de maio

Nos dias 24 e 25 de maio acontecerão as eleições do Sindinorte para o triênio 2023/26. Encerradas as inscrições, foi registrada apenas a chapa "União, Resistência e Luta", composta por trabalhadores da Celesc e da CGTEletrosul. Independentemente de ser um processo eleitoral sem uma disputa direta, é fundamental a participação de trabalhadores e trabalhadoras no pleito, demonstrando a importância da atuação coletiva na defesa dos direitos da categoria e conferindo maior "legitimidade" à Diretoria eleita nas lutas que virão.

Criado para representar os interesses dos trabalhadores, o Sindicato é fundamental para organizar a categoria nas disputas oriundas das relações laborais, sempre desiguais e conflituosas. O Sindinorte possui uma história de mais de 60 anos de incansável luta, sempre em defesa dos direitos dos trabalhadores e também pela manutenção da Celesc e da CGTEletrosul como empresas públicas. O compromisso da chapa inscrita é continuar esta luta, que tem se mostrado cada vez mais árdua.

Participar da eleição é possibilitar o crescimento do

debate das relações de trabalho e também a construção de melhores condições de remuneração, saúde e vida dos trabalhadores. O voto fortalece a organização sindical, melhora a qualidade da representação e possibilita respostas às questões envolvendo os companheiros e companheiras nos locais de trabalho. A chapa inscrita é formada por companheiros com larga experiência sindical, com condições plenas de exercer um mandato transparente, democrático e que saberá respeitar a história de luta do Sindinorte e da categoria eletricitária.

NOTAS CURTAS:

- Nos últimos dias, o presidente Lula (PT) deu declarações enfáticas sobre ações do governo federal pela retomada da Eletrobras. No último domingo, dia 7, em Nova Iorque, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), em entrevista à CNN Brasil, afirmou ver com "preocupação muito forte" os questionamentos de Lula sobre o processo de privatização da empresa. Lira argumentou que o governo Lula precisará lidar com a maioria congressual conservadora e liberal na economia. Por que Lira teme que o governo reveja o processo de privatização?

- A Diretoria Colegiada do Sinergia volta a se reunir semanalmente, toda segunda-feira à noite (imagem ao lado). Após um período de reuniões não tão frequentes, em função da pandemia (a gestão anterior assumiu o Sindicato em abril/2020, no auge da Covid-19), a nova Diretoria Colegiada do Sindicato firmou o compromisso de se reunir semanalmente. Durante essa Colegiada são debatidos todos os encaminhamentos do Sindicato e os dirigentes de base trazem informações e reclamações da categoria.

- Até o fechamento desta edição do Linha Viva, a direção do Sinergia seguia aguardando uma proposta de data para a primeira rodada de negociações para o Acordo Coletivo dos/as trabalhadores/as da Cerej. O pedido da primeira reunião foi feito ainda no mês de abril.

- O pedido de criação da Frente Parlamentar Mista pela Reestatização da Eletrobras foi protocolado na Câmara dos Deputados na última semana de abril, com assinatura de 206 deputados e senadores. De SC, assinaram o pedido os deputados federais Ana Paula Lima (PT), Jorge Goetten (PL), Pedro Uczai (PT) e Zé Trovão (PL).

- Cleício Poletto Martins, o então presidente da Celesc que surgiu na mídia ano passado por ter "sumido" da empresa após as eleições de 2022, assumiu na semana passada como presidente da CGT Eletrosul. Que ele seja mais presente no novo local de trabalho.

- Os Sindicatos da Intercel fazem nesta semana protocolo de correspondência para a direção da Celesc cobrando o início de negociações que estão pendentes, como a PLR 2023 e o novo Plano de Saúde.

SINTEVI

NOVA DIRETORIA É EMPOSSADA EM BLUMENAU

Lucio André da Silva é o presidente eleito para o próximo triênio

A nova diretoria do Sintevi (Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí) foi empossada na última sexta-feira, dia 5, em Blumenau.

Participaram da posse trabalhadores da CGT Eletrosul e das Regionais da Celesc de Rio do Sul, Blumenau e Itajaí, dirigentes sindicais da Intercel, da Intersul, de sindicatos parceiros da região do Vale, o Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Paulo Horn, o Diretor Administrativo-Financeiro da Celos, Leandro Nunes, e o representante do gabinete do deputado estadual Fabiano da Luz (PT), Marcel Salomon.

Na cerimônia de posse, que também celebrou o aniversário do Sindicato, foram homenageados ex-dirigentes e ex-presidentes ao longo dos 66 anos de existência da entidade. O novo presidente do Sintevi pelo próximo triênio será Lucio André Sousa da Silva, trabalhador da Celesc de Blumenau.



Mexo, remexo na inquisição
Só quem já morreu na fogueira
Sabe o que é ser carvão

Eu sou pau pra toda obra
Deus dá asas a minha cobra
Minha força não é bruta
Não sou freira, nem sou puta

Porque nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem

*Trecho de Pagu, composição de Rita Lee, em parceria com Zélia Duncan



Imagem: reprodução/redes sociais

Rita Lee, agora faz falta você

1947 - 2023

